



PARQUE NATURAL

## Plano de Ordenamento do parque Peneda-Gerês contribui para desertificação

por Agência Lusa, Publicado em 23 de Janeiro de 2010

O **presidente da Câmara de Terras de Bouro, Joaquim Cracel**, classificou hoje, em Braga, como "extramamente proibitivo" o **Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês**, dizendo que "contribui para o envelhecimento do concelho".

"É um documento que, se vier a ser aprovado na sua versão inicial, leva a que as populações tenham de abandonar as suas localidades, o que virá agravar a situação num concelho já muito envelhecido", afirmou, em declarações à agência Lusa.

O autarca, eleito pelo **PS**, falava durante a manifestação contra o Plano que o movimento cívico "Peneda-Gerês com Gente" promoveu em Braga - cidade onde se situa a sede do Parque Nacional - e em que participaram mil pessoas, segundo a organização.

No acto estiveram presentes o presidente da Assembleia Municipal de Terras de Bouro e deputado, Ricardo Gonçalves (PS), os parlamentares eleitos por Braga Teresa Antunes (PSD), Agostinho Lopes (PCP) e Altino Bessa (CDS) e o líder do movimento, António Pires Gonçalves, presidente da Junta de Freguesia de S. João do Campo, Terras de Bouro.

Cracel disse que participou no protesto "em solidariedade com as populações do Parque Nacional" contra um Plano de Ordenamento que "põe em causa direitos das populações". "Este Plano foi pensado para preservar a natureza e não as pessoas que nele vivem", lamentou, defendendo um equilíbrio, sob pena de fomentar, ainda mais, a saída dos poucos jovens para outras zonas.

Disse que a Câmara fez chegar à equipa que estava a elaborar o documento as considerações e razões que motivam a sua oposição ao Plano: "Para além dos aspectos ecológicos, é preciso atender aos direitos e às necessidades das populações, que têm de encontrar alternativas para sobreviver", frisou.

Considerou um contra-senso que se apele ao turismo de natureza e depois se queira impor um Plano que vai limitar e quase proibir o turismo no concelho e sobretudo nas freguesias do interior do Parque que, sem essa actividade, não terão futuro.

O líder do movimento, António Pires Gonçalves, disse que as populações exigem que o Governo suspenda a proposta de Plano, que se encontra no Ministério do Ambiente para análise das reclamações apresentadas durante o período de discussão pública.

"Neste Plano está quase tudo mal, porque o seu espírito não é correcto, já que foi elaborado sem se ouvir as populações e sem querer atender aos seus direitos", afirmou à Lusa.